

EP-452

AVALIAÇÃO DA COBERTURA VACINAL: UMA AMOSTRA AMBULATORIAL EM PACIENTES PORTADORES DO VÍRUS HIV NO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Bianca Silva Pedroso, Natália Reis Fraga

Hospital do Servidor Público Estadual, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: A imunização é uma medida eficaz de prevenção de doenças, principalmente em pacientes imunodeprimidos.

Objetivo: Trata-se de um estudo observacional, retrospectivo e descritivo com pacientes HIV com menos de 60 anos e em seguimento ambulatorial com o objetivo de identificar a cobertura vacinal dessa população através da comprovação vacinal no posto de vacinação do HSPE.

Resultados: Foram analisados 151 pacientes com carteira vacinal cadastradas no posto de vacinas. O tempo médio de infecção pelo HIV foi 8,2 anos. A média de idade foi 49 anos com 51% entre 50-59 anos e 29% entre 40-49 anos.

Discussão/Conclusão: Aumento da mortalidade de doenças preveníveis pela vacinação, mesmo com gratuidade do serviço e facilidade ao acesso. Cobertura vacinal é muito baixa em pessoas que vivem com HIV. Alerta aos profissionais de saúde. Necessidade e importância de imunização neste grupo de risco.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101530>

EP-453

EVENTO ADVERSO À VACINA BCG: RELATO DE CASO DE MASSA LOCAL ASSOCIADA À REATIVAÇÃO DA LESÃO VACINAL

Cássia Barboza Pinheiro do Nascimento, Dilson Chamos de Arruda, Thalita Mara de Oliveira, Isabella Victorio, Raissa Hiroe Chiba

Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, Brasil

Introdução: Os eventos adversos à vacina BCG podem ser locais, regionais ou sistêmicos, podendo ser decorrentes do tipo de cepa utilizada, da quantidade administrada, da técnica de aplicação e da presença de imunodeficiência.

Objetivo: Relatar um caso de evento adverso à BCG com duração prolongada e duas manifestações associadas.

Metodologia: Trata-se de um relato de caso. Paciente A.K.A.F., sexo masculino, 1 ano e 2 meses, procedente de Várzea Grande/MT, recebeu vacina BCG aos 10 dias de vida e com menos de um mês, apresentou edema local. Desde então, evoluiu com aumento progressivo do volume da nodulação local, associado a episódios de ativação da lesão vacinal, com saída de pequena quantidade de pus. Em primeiro atendimento no serviço, lactente com 1 ano e 1 mês, foi observada massa fibroelástica em região deltoideana direita, indolor e sem sinais flogísticos, com aproximadamente 4,5 cm de extensão. Em ultrassonografia de partes moles em terço médio do



braço direito, foram evidenciadas lesões císticas múltiplas de aspecto homogêneo e interrogado seroma. Devido ao local, foi levantada hipótese de abscessos frios e devido ao histórico de reativação intermitente da cicatriz da BCG, foi realizada investigação do sistema imune, que apresentou resultados dentro da normalidade. Diante disso, o caso foi notificado, iniciou-se isoniazida 100 mg/dia como teste terapêutico e paciente segue em acompanhamento ambulatorial.

Discussão/Conclusão: Dentre as vacinas do Programa Nacional de Imunizações, a BCG é frequentemente associada aos eventos adversos pós-vacinais. Os abscessos frios ocorrem em 1 a cada 2.500 vacinados com BCG e costumam se resolver com o tratamento preconizado. Eventualmente, a reativação da lesão vacinal pode ocorrer em crianças com diferentes condições de base ou sem nenhuma comorbidade, como é o caso aqui relatado, sendo recomendada isoniazida e observação da resposta. Ainda que a maioria dos eventos adversos à BCG não sejam graves, o diagnóstico deve ser rápido e o tratamento prontamente instituído para reduzir os danos à qualidade de vida do paciente e não prejudicar a adesão da população à imunização.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101531>

EP-454

INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO PERFIL DE COBERTURA VACINAL NO ESTADO DO PARANÁ

Liria Maria Daldoso Silva, Natalia Cesario de Alme, Ana Carolina Moreira, Luisa Miranda Loidi

Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá - PR,

Introdução: A vacinação é um método profilático de doença infectocontagiosas, estimula o sistema imune a produção de antígenos contra determinados patógenos. No Brasil, as primeiras campanhas de vacinação aconteceram no século XIX, após o período iniciou-se várias estratégias como campanhas, coberturas, e varreduras a fim de incentivar a imunização. Entretanto, as metas vacinais tem sido dificultada pela não acessibilidade dos vacinadores às moradias, pela crença popular de que a vacinação de rotina não tem importância e disseminação de notícias falsas sobre possíveis reações das vacinas.

Objetivo: Com base nos registros do Data SUS, o presente estudo tem como objetivo avaliar a cobertura vacinal paranaense, a fim de relacionar com a meta preconizada pelo Ministério da Saúde.

Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo referente ao período de 2009 a 2019 sobre cobertura vacinal no estado do Paraná. Os valores apresentados foram obtidos através do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS), foram utilizados bancos de dados do Scielo e PubMed para seleção dos artigos nos idiomas inglês, espanhol e português.

Resultados: De acordo com os dados analisados de 2009 a 2019, a região sul mostrou-se ser a segunda região do país com maior cobertura vacinal. Atingindo, a partir de 2017, os



maiores percentuais de imunizações do Brasil. Até o ano de 2013, o Paraná era o estado da região sul com maior cobertura de vacinação. Porém, em 2016 houve uma queda súbita na imunização do estado, com queda de 96,41% em 2015, para 55,32% em 2016, voltando a subir para 90,47% em 2017, mantendo-se elevado até 2019.

Discussão/Conclusão: O estudo mostrou que, embora o Paraná seja historicamente bem colocado nas coberturas vacinais, o estado não alcança a meta preconizada desde 2016, visto que a meta de cobertura vacinal preconizada pelo Ministério da Saúde é de 95%. Desse modo, o governo brasileiro procura maneiras de melhorias, principalmente para vacinação infantil, por conta do aumento da incidência de doenças previamente erradicadas por meio da imunização. Sendo necessário a adoção de medidas que revertam o quadro, estendendo o horário das casas de vacinas, e penalidade para negligência com crianças e/ou adolescente que não são vacinados, uma vez que é consta na Constituição Federal o direito à saúde.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101532>

EP-455

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS EM ESTUDANTES DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



Mariana Alma Rocha de Andrade, Ana Jovina Barreto Bispo, Matheus Todt Aragão, Larissa de Araujo Freire Barrêto, Bárbara Fernanda Pacheco da Costa, Catharina Garcia de Oliveira, Leonardo Santos Melo, Bruno José Santos Lima, Mateus Lenier Rezende, Elisandra de Carvalho Nascimento

Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, SE, Brasil

Introdução: Vacinas são consideradas um dos melhores investimentos em saúde pública na prevenção de doenças. Mesmo com o progresso no controle de determinadas doenças infectocontagiosas, ainda há problemas decorrentes da falta de vacinação adequada no Brasil (BORBA; VIDAL; MOREIRA, 2015), principalmente em grupos expostos a tais enfermidades, como os atuantes na área da saúde—funcionários, alunos e corpo docente.

Objetivo: Identificar a incidência das doenças imunopreveníveis em estudantes de Medicina e Enfermagem em uma universidade particular de Aracaju, bem como avaliar a adoção de procedimentos de biossegurança e quimioprofilaxia e conhecer a situação vacinal desses alunos.

Metodologia: Estudo transversal, observacional e descritivo. Os dados foram coletados na Universidade Tiradentes (UNIT), em Aracaju-SE. Incluídos estudantes matriculados nos dois últimos anos dos cursos de Medicina e Enfermagem. Aprovado pelo CEP da UNIT, sob CAAE 87603218.5.0000.5371. Os participantes assinaram o TCLE e responderam um questionário contendo informações sociodemográficas, contato com as doenças e adoecimento por doenças imunopreveníveis, procedimentos de biossegurança, quimioprofilaxia e cobertura

vacinal. O questionário foi aplicado de fevereiro a junho de 2019.

Resultados: Amostra com 113 estudantes. A exposição às doenças imunopreveníveis foi: caxumba (46,4%), varicela (44,6%), meningite (23,2%), hepatite B (22,3%), rubéola (6,3%), hepatite A (5,4%) e coqueluche (5,4%). Durante a graduação, 7 indivíduos apresentaram varicela (6,2%), 7 tiveram caxumba (6,2%) e 1 rubéola (0,9%). Na infância, relataram imunização para BCG (95,6%), tríplice viral (94,7%), tríplice bacteriana (89,4%), poliomielite (83,2%) e outras. Orientação sobre imunização durante a faculdade foi relatada por 86,7%. Adoção de procedimentos de biossegurança foi citada por 95,5% e 6,7% realizaram quimioprofilaxia quando expostos.

Discussão/Conclusão: A maior exposição foi a caxumba, varicela, meningite, hepatite B, rubéola, hepatite A e coqueluche. As doenças mais desenvolvidas foram varicela, caxumba e rubéola. Vacinas preconizadas na graduação não são realizadas por mais da metade dos estudantes. O status vacinal da infância mostrou-se contemplado. Procedimentos de biossegurança habitualmente são realizados. Quimioprofilaxia após exposição não costuma ser feita. A imunização dos atuais e futuros profissionais da saúde é uma das melhores formas de proteção, portanto, devem ser consideradas intervenções específicas de incentivo à vacinação para esse grupo.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101533>

EP-456

COBERTURA VACINAL E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO SARAMPO NO BRASIL DE 2014-2019



Mariana Souza Santos Oliveira, Ana Beatriz Rodrigues Lira, Lara Moraes Torres, Victor Oliveira Rocha, Aurea Angelica Paste

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Introdução: O sarampo é uma doença viral altamente contagiosa. A vacinação é a principal forma de prevenção à doença, sendo a meta mínima da cobertura vacinal da tríplice viral, recomendada pelo Ministério da Saúde (MS), é de 95% das crianças de 1 ano de idade. O Brasil, em 2018, perdeu o certificado de eliminação da circulação do vírus do sarampo dado pela OMS após o surto da doença, totalizando 10.274 casos confirmados.

Objetivo: Comparar a cobertura vacinal contra o sarampo e a incidência do sarampo nas regiões do Brasil entre os anos de 2014 e 2019.

Metodologia: Trata-se de um estudo ecológico em que utilizou-se dados secundários coletados em Agosto/2020 disponibilizados no TabNet Win32 3.0 do DATASUS na seção de “Assistência à saúde” e subseção “Imunizações - desde 1994”. Buscou-se analisar o percentual da cobertura vacinal da primeira e da segunda dose da vacina Tríplice Viral, nas regiões do Brasil, no período de 2014-2019. Os dados de incidência do Sarampo foram obtidos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).